



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Enfrentamento à corrupção

O procurador de Justiça Roberto Livianu, presidente do Instituto Não Aceito Corrupção, disse que “nos últimos três anos foi bastante ruim o enfrentamento à corrupção. Do ponto de vista do interesse público, é lamentável”. Ele criticou a nomeação de esposas de governadores e ex-governadores para os Tribunais de Contas dos Estados. O deputado federal gaúcho Heitor Schuch (PSB, foto) concorda com o presidente do Instituto, e acentua que a corrupção tem que ser combatida permanentemente.



BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC

No Ceará, o caso mais recente

Roberto Livianu citou como exemplo o caso mais recente, no Ceará, da esposa do ministro da Educação, Camilo Santana, que é psicopedagoga: “uma profissão nobre, mas não para exercer a função de conselheira de Tribunal de Contas. Essa é uma função que exige um conhecimento específico”.

Articulação do Executivo e Legislativo

Na avaliação do presidente do Instituto Não Aceito Corrupção, “tem uma articulação por parte do chefe do Executivo estadual, e você tem as Assembleias Legislativas dos respectivos estados, que chancelam. Então, na combinação entre Executivo e Legislativo, quem perde é o interesse público”.

Não há proibição legal

A situação já foi levada à justiça, que ao final entendeu que não há uma proibição legal absoluta em relação a isso. “A meu ver, o ideal é que se construa uma regra constitucional que proíba de maneira cabal, de maneira incontestável, esse tipo de prática, para que não tenhamos qualquer questionamento, ou seja, uma regra em controvérsia no sentido de não se poder ter esse tipo de situação, porque fere a ética republicana”.

Deputado concorda com procurador

O deputado gaúcho Heitor Schuch (PSB) concorda com Livianu. O congressista afirmou que “a corrupção tem que ser combatida permanentemente; corrupção, despesa e unha, a gente tem que cortar, tem que estar sempre muito vigilante, para que não aumentem as unhas, não fiquem grandes, e a corrupção não tome conta”.

Tem razão o procurador

Heitor Schuch destacou “que vê as centenas de processos que o Ministério Público Eleitoral apresenta à Justiça Eleitoral por causa de corrupção, de compra de votos, e outras tantas coisas na eleição do ano passado”. Para o parlamentar, o procurador tem toda razão: “eu concordo com ele, porque nós já temos inclusive pedidos de cassação de prefeitos e prefeitas, de vereadores, anulação de chapas, cancelamento inclusive de diplomas de eleitos e empossados, por causa dessa maldita palavra, corrupção”.

Sidônio assume Secretaria de Comunicação de Lula

Marqueteiro substitui Paulo Pimenta (PT) no comando da pasta

/ GOVERNO FEDERAL

Ana Carolina Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

O publicitário Sidônio Palmeira foi empossado ontem ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom) do governo federal. Ele foi o responsável pelo marketing da campanha eleitoral que conduziu Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à presidência para o terceiro mandato, e substituiu Paulo Pimenta (PT), que esteve à frente da pasta desde 2023.

Em seu discurso de posse, Sidônio destacou que nunca antes havia assumido um cargo de confiança na política e exaltou as ações governamentais de Lula. Entretanto, considerou que as mudanças trazidas pelo governo federal não estariam sendo notadas pelos brasileiros: “O nosso país voltou a ser respeitado pelo mundo. Mas esse trabalho não está sendo percebido por parte da população. A informação dos serviços não chega na ponta, a população não consegue ver o governo em suas virtudes”, disse.

Ao deixar o cargo, Pimenta afirmou que hoje a Secom tem uma equipe “muito mais afinada” e que seu trabalho à frente da pasta foi o de “arrumar a casa”. “Tenho certeza que, com a qualidade do Sidônio, e do time que ele está montando, faremos nestes últimos dois anos (de governo) aquilo que é fundamental



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL/DIVULGAÇÃO/JC

Novo ministro conduziu campanha eleitoral do presidente em 2022

para a afirmação do nosso projeto, fazendo chegar na vida dos brasileiros a percepção dessas mudanças”, pontuou.

Pimenta ainda disse concordar com a mudança na Secom: “O presidente tem toda razão quando ele quer uma sacudida na comunicação”, afirmou. Comparando o governo a um time de futebol, colocou-se como o “técnico” da equipe. “As limitações do trabalho da Secom têm que ser creditadas a mim”, acrescentou.

O desafio de Sidônio será o de aprimorar a comunicação do governo federal, que tem sido criticada por apoiadores, assim como o combate à desinformação, também citado nos pronunciamentos proferidos durante a cerimônia de posse. A mudança já era esperada desde dezembro, quando o presidente afirmou que

precisaria realizar alterações no comando da pasta.

Pimenta ainda não teve seu futuro definido, o que deve acontecer no retorno de um período de férias que se inicia nesta semana. Deputado federal eleito, ele poderia retornar ao cargo do qual se licenciou para assumir a Secom, deixando a suplente Reginete Bispo (PT) de fora do Congresso Nacional. Entretanto, as expectativas do petista para as eleições de 2026 fazem com que busque um cargo de maior protagonismo. Especula-se que ele possa assumir a liderança de governo na Câmara dos Deputados ou a Secretaria-Geral de governo.

A mudança na Secom é a primeira de uma série de alterações que devem ser anunciadas ao longo das próximas semanas por Lula.

Meta diz que fim da checagem ocorreu apenas nos EUA

/ TECNOLOGIA

O fim do serviço de checagem de fatos da Meta - companhia que controla Facebook, Instagram e Whatsapp - ocorreu apenas Estados Unidos, pelo menos por enquanto, informou a gigante da tecnologia ao responder questionamentos da Advocacia-Geral da União (AGU).

“Neste momento, essa mudança somente será aplicada nos Estados Unidos. Planejamos criar, testar e melhorar as Notas da Comunidade nos Estados Unidos antes de qualquer expansão para outros países”, informou a big tech estadunidense, destacando a in-

tenção de expandir a mudança para os outros países.

Desde 2016, a Meta oferece no Facebook e no Instagram um serviço de checagem de fatos, realizado por jornalistas e especialistas em cerca de 115 países, que apurava se informações que circulavam nas redes eram verdadeiras ou falsas e oferecia a contextualização aos usuários.

Com o fim da checagem de fatos, a Meta passou a adotar a política de “notas da comunidade”. Assim, apenas usuários previamente cadastrados podem contestar alguma informação que circula nas plataformas.

Ao mesmo tempo em que diz

proteger os direitos humanos e a segurança de grupos vulneráveis no documento enviado à AGU, a Meta defendeu alterações na política sobre discurso de ódio, que passou a permitir insultos preconceituosos contra mulheres, imigrantes e homossexuais. A companhia confirmou que essas mudanças já estão em vigor no Brasil.

Sobre isso, a AGU destacou que causa grave preocupação a confirmação da alteração da política sobre discurso de ódio no Brasil porque “pode representar terreno fértil para violação da legislação e de preceitos constitucionais que protegem direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros”.

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade